



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMISSÃO DE GESTÃO DO TELETRABALHO

Extrato de deliberações – 2018 a 2020

1. IDENTIFICAÇÃO

Data / Hora / Local da Reunião:

2018 a 2020

Encontros presenciais e grupos colaborativos: E-mail e WhatsApp

Participantes (Membros):

(SECTI) Desiree Hernandez Mausbach Ricco

(SECGP) Fernando Celso Torres

(SECGP) Pérsida Priscila Mittmann

(SECGP) Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann

(SECPLE) Solange Maria Vieira

(SECGP) Vivian Wolff de Liz

- A composição da Comissão sofreu alterações no decorrer do período sendo estes os componentes atuais conforme designação pela Portaria nº 33/2020, de 08.02.2020, publicada no DJE de 14.02.2020.

Histórico de composição - Portarias nº: 483/2017 (10/01/2018), 80/2018 (14/03/2018), 307/2018 (05/09/2018), 34/2019 (13/02/2019), 342/2019 (11/12/2019).

2. DELIBERAÇÕES

- Em 2018 o TRE/PR iniciou projeto piloto, nos termos da Resolução CNJ 227/2018, para posterior edição de ato normativo interno;

- Projeto piloto com participação de 8 (oito) servidores das seguintes unidades:

Secretaria de Gestão Administrativa, Secretaria de Gestão de Serviços, Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Tecnologia da Informação, Escola Judiciária e um Cartório Eleitoral do interior (53ª ZE de Teixeira Soares). Testagem das modalidades parcial e integral com comparecimento presencial periódico;

- A partir do projeto piloto foi editada Portaria 884/2019, publicada no DJE de 26/11/2019;

- Destaques da regulamentação interna, observadas as particularidades da Justiça Eleitoral (JE):

> impossibilidade de realização de teletrabalho em cartório eleitoral com menos de 4 (quatro) servidores efetivos da JE;

> vedação de realização de teletrabalho por servidor lotado em zona eleitoral em anos eleitorais;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

> possibilidade de suspensão do regime de teletrabalho em anos eleitorais, no período compreendido entre 1º de julho e 19 de dezembro;

> possibilidade de ajustamento da proporcional de metas em decorrência de licenças autorizadas por lei e atestados médicos devidamente homologados;

3. ENCERRAMENTO

O presente extrato foi lavrado pela servidora Pérsida Priscila Mittmann, membro da Comissão de Gestão do Teletrabalho, e será publicado na página da Transparência na Internet deste Tribunal.